11.1 — A prova prática consistirá em sachar, mondar, envasamento, abertura de covas para plantio de árvores, arbustos e arbáceas, manuseamento de ferramentas diversas, tais como tesouras, serrotes, etc. A prova de conhecimentos terá carácter eliminatório, sendo adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

11.2 — A entrevista profissional de selecção será classificada de 0 a 20 valores e visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões pessoais e profissionais dos candidatos.

12 — A classificação final, e o consequente ordenamento, dos candidatos resultará da fórmula abaixo indicada e será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando da média aritmética ponderada da classificação obtida nos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = \frac{PP + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

PP = prova prática;

EPS = entrevista profissional de selecção.

13 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação.

13.1 — Em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção.

14 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis determinam a exclusão do concurso.

15 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos serviços ou exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a indicação de elementos ou a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

16 — A apresentação ou entrega de documentos falsos implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação às autoridades competentes para eventual procedimento penal.

17 — A publicação da lista de candidatos admitidos será feita de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 — São tidas em consideração as candidaturas formalizadas ao abrigo do anterior aviso.

20 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo sido efectuada consulta à bolsa de emprego público, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial, conforme declaração de inexistência emitida pela Direcção-Geral da Administração e Emprego Público.»

31 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Germano Mourato Leal Pinto*.

2611061950

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Aviso n.º 22 076/2007

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, nos termos do disposto no Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e na Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e ao abrigo do Regulamento

do Processo de Selecção de Pessoal em Regime de Contrato por tempo Indeterminado do Município de Mértola, publicado no *Diário de República*, 2.ª série, de 22 de Março de 2007, com Aníbal José Rodrigues Costa para o desempenho de funções de fiel de armazém, com efeitos a partir de 8 de Outubro de 2007, e com Ismael José Palma Valente da Encarnação, para o desempenho de funções de electricista, com efeitos a partir de 17 de Outubro de 2007.

19 de Outubro de 2007. — Por despacho do Presidente da Câmara, o Vereador com Competências Delegadas, *Jorge Paulo Colaço Rosa*.
2611061852

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso n.º 22 077/2007

Concursos internos de acesso geral

Nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, pelos despachos do vereador em regime de permanência Carlos Alberto Silva Oliveira, de 11 de Outubro de 2007, e no uso das competências que me são atribuídas pelo artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Novembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estão abertos, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os concursos a seguir mencionados:

Concurso I — dois lugares de operário qualificado principal — electricista, pertencentes ao grupo de pessoal operário qualificado;

Concurso II — um lugar de operário qualificado principal — canalizador, pertencente ao grupo de pessoal operário qualificado;

Concurso III — um lugar de operário qualificado principal — seringueiro civil, pertencente ao grupo de pessoal operário qualificado;

Concurso IV — quatro lugares de operário qualificado principal — jardineiro, pertencentes ao grupo de pessoal operário qualificado.

1 — Na sequência da consulta efectuada à BEP, este município foi informado através das declarações n.ºs 8891, 8892, 8893 e 8894, respectivamente, de 26 de Outubro de 2007, não existir pessoal em situação de mobilidade especial com os perfis pretendidos.

2 — Validade dos concursos — são válidos para as vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Locais de trabalho — situam-se na circunscrição territorial do município de Odemira, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

3.1 — Escalão de promoção — os escalões serão fixados de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as subsequentes alterações introduzidas por lei.

4 — Requisitos gerais de admissão — para todos os concursos serão admitidos os candidatos que reunirem os requisitos definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4.1 — Requisitos especiais — comuns a todos os concursos — reunirem as condições previstas no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — Formalização das candidaturas:

5.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão dirigido ao presidente do júri do presente concurso (município de Odemira, Praça da República, 7630-139 Odemira), podendo ser entregues pessoalmente no Serviço de Recursos Humanos deste Município, ou remetidos pelo correio para a morada acima mencionada, através de carta registada com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas.

5.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Nome, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número de contribuinte;

b) Habilitações literárias exigidas por lei;

c) Identificação do concurso a que se candidata;

d) Qualquer outra circunstância que julguem poder influir na apreciação do mérito do concorrente, ou de constituir motivo de preferência legal, desde que devidamente comprovadas.

5.3 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão no que respeita aos documentos solicitados nas alíneas *b*) e *c*):

a) Fotocópia simples do certificado das habilitações literárias;

b) Declaração, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, de que satisfaz os requisitos enunciados nas alíneas *a*), *b*), *c*), *d*), *e*) e *f*) do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Declaração, passada pelo serviço de origem, da qual constem, inequivocamente, a natureza do vínculo, a categoria e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública (dispensada para os funcionários pertencentes ao quadro de pessoal efectivo do município).

5.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

6 — Métodos de selecção — comuns a todos os concursos — prova de conhecimentos gerais e prova de conhecimentos específicos (de forma oral) e revestirá a natureza teórica.

6.1 — Os critérios de ponderação e apreciação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta I do júri, sendo facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da classificação obtida na aplicação dos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham a classificação final inferior a 9,5 valores.

8 — Nos termos dos artigos 34.º, 35.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão afixadas no Serviço de Recursos Humanos a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final.

9 — Os candidatos excluídos do concurso podem apresentar recurso hierárquico, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Odemira, no prazo de 10 dias úteis.

10 — Da homologação da lista de classificação final cabe acção administrativa especial, a interpor no prazo de três meses, conforme o preceituado no artigo 46.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais (CPTA).

Constituição dos júris:

Concurso I:

Membros efectivos:

Presidente — o vereador em regime de permanência Carlos Alberto Silva Oliveira.

Vogais efectivos — o chefe de divisão de Viaturas, Máquinas e Oficinas, engenheiro Nuno Ricardo da Piedade Antunes Serra, e o chefe de equipa Carlos Alberto Silva Viana.

Membros suplentes — o vereador em regime de permanência engenheiro José Alberto Candeias Guerreiro, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e o encarregado-geral António Manuel Dias.

Concurso II:

Membros efectivos:

Presidente — o vereador em regime de permanência engenheiro José Alberto Candeias Guerreiro.

Vogais efectivos — a chefe de divisão de Ambiente, engenheira Lénea Guerreiro da Silva, e o encarregado Manuel Duarte Guerreiro.

Membros suplentes — o vereador em regime de permanência Carlos Alberto Silva Oliveira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e o encarregado-geral António Manuel Dias.

Concurso III:

Membros efectivos:

Presidente — o vereador em regime de permanência Carlos Alberto Silva Oliveira.

Vogais efectivos — o chefe de divisão de Viaturas, Máquinas e Oficinas, engenheiro Nuno Ricardo P. Antunes Serra, e o encarregado Manuel Oliveira dos Reis.

Membros suplentes — o vereador em regime de permanência engenheiro José Alberto Candeias Guerreiro, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e o chefe da Divisão Financeira, Dr. Salustiano Loures Lourenço.

Concurso IV:

Membros efectivos:

Presidente — o vereador em regime de permanência engenheiro José Alberto Candeias Guerreiro.

Vogais efectivos — o chefe de divisão da Rede Viária e Espaços Urbanos, engenheiro Luís Filipe Lopes Lourido, e o encarregado Rui Alberto Lourenço dos Santos.

Membros suplentes — o vereador em regime de permanência Carlos Alberto Silva Oliveira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e o encarregado geral António Manuel Dias.

Membros suplentes — o vereador em regime de permanência Carlos Alberto Silva Oliveira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e o encarregado Rui Alberto Lourenço dos Santos.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Camilo Coelho*.

2611061853

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 22 078/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, que foram celebrados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, abaixo indicados, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Nome	Categoria	Data de início	Escala/índice	Prazo (meses)
Isabel Cristina Martins da Fonseca	Técnico superior de direito de 2.ª classe	14-11-2005	1/400	12
Paula Cristina Henriqueta de Magalhães Sequeira	Auxiliar de acção educativa de nível 1	14-11-2005	1/142	12
Sara Margarida Marques das Neves	Técnico superior de educação física de 2.ª classe	2-11-2005	1/400	12
Sofia Alexandra Marques das Neves	Técnico superior de educação física de 2.ª classe	2-11-2005	1/400	12

5 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*.

3000191420

Aviso n.º 22 079/2007

Discussão pública de pedido de alteração ao alvará de licença de loteamento n.º 5/97

Susana de Carvalho Amador, presidente da Câmara Municipal de Odívelas, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 22.º, 27.º e 125.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que durante 15 dias a contar do 8.º dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*, proceder-se-á à discussão pública de pedido de alteração ao alvará de licença de loteamento n.º 5/97, sito na Urbanização do Casal da Carochia, na freguesia da Ramada.

No decorrer do referido período, o processo de loteamento (n.º 8649/L/OC), a totalidade das peças que instruíram o pedido de alteração e a informação técnica dos serviços municipais que recaiu sobre este último encontrar-se-ão disponíveis para consulta, no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, nas horas de expediente.

A alteração ao alvará de licença de loteamento consiste na alteração do uso do lote 11, de actividades para actividades económicas compatíveis com habitação (inclui indústria anteriormente classificada como classe D).

No âmbito do processo de discussão pública, as reclamações, observações ou sugestões de quaisquer interessados deverão ser apresentadas por escrito, até à data de encerramento do período de discussão,